

GUIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO POPULAR URBANO





Foto: Grupo Quilombo da Gamboa

Fonte: Observatório das Metrópoles

APRESENTAÇÃO

Essa publicação – Guia para a Construção de um Plano Popular Urbano – busca ser um instrumento de base para a criação de propostas de transformação de bairros e comunidades urbanas. O processo de criação do plano, contando com uma participação plural, pode modificar a forma dos moradores enxergarem o território onde vivem, contribuindo para uma criação coletiva do espaço a partir de um horizonte de senso crítico e transformador.

Um de seus propósitos é apresentar uma metodologia de elaboração de Planos Populares com estratégias que atendam às necessidades de diferentes locais, com base nas suas especificidades sociais, econômicas, culturais e físicas.

As metodologias propostas foram pensadas de forma a alcançar diferentes perfis sociais e abarcar as diferentes particularidades de cada local da cidade. Não se propõe a ser um material útil, única e exclusivamente, para técnicos e profissionais especializados em estudos urbanos, mas sim uma ferramenta de empoderamento e apropriação coletiva, de fácil assimilação.

Em que pesem diferentes experiências sobre transformações urbanas, as dinâmicas aqui apresentadas buscarão uma convergência num conjunto de procedimentos e sugestão de produtos que podem ser desenvolvidos de maneira autônoma e colaborativa, por meio de debates e oficinas desenvolvidas pelas e nas comunidades, sistematizáveis e adaptáveis para diferentes cortes territoriais.

De forma simples, esquematizada e objetiva, esse guia espera tornar-se num instrumento útil a planejadores, moradores de diferentes localidades urbanas e instituições dedicadas ao planejamento urbano que tem na figura do Plano Popular uma ferramenta de luta por direitos sociais.

Não espera-se que o trabalho de planejamento urbano se encerre na finalização do Plano Popular aqui proposto mas, ao contrário, evidencie que o processo de planejamento exige organização popular, a percepção de transformações em cada localidade, a aproximação entre moradores e diferentes parceiros públicos e privados, a ampliação do conhecimento técnico e jurídico sobre o território e a possibilidade de autogestão local.

Como instrumento de apoio à construção do Plano Popular, esse guia deve ser entendido de maneira flexível e dinâmica, expondo métodos de trabalho que não podem ser vistos como rígidos ou limitados, mas possibilitando contribuições que abarquem a grande diversidade cultural, política e econômica das cidades brasileiras.



Foto: Dinâmica de planejamento participativo "city as play" - oficina no Trapicheiros 19/10/2019

PREFÁCIO

O Projeto Termo Territorial Coletivo nasceu em 2018, logo após o Rio de Janeiro passar pela maior onda de remoções de sua história. Valendo-se da justificativa de preparar a cidade para a recepção de megaeventos, cerca de 20 mil famílias foram removidas de seus lares e transferidas para as margens urbanas, em locais com pouca infraestrutura e acesso a serviços. O descaso do Poder Público em relação às favelas levou a um cenário de profundas violações ao direito à moradia adequada, em especial no que tange à dimensão da segurança da posse. Cada vez mais, era evidente a necessidade de procurar novas ferramentas para assegurar o direito à permanência das comunidades nos seus espaços e um modelo de desenvolvimento protagonizado pelos moradores.

O TTC é um modelo internacionalmente consagrado de defesa do direito à moradia e estímulo ao desenvolvimento comunitário. Ele nasceu durante o movimento por direitos civis e justiça racial nos Estados Unidos nos anos 1960, e hoje existe em dezenas de países do mundo. Sua fórmula de funcionamento é separar a propriedade da terra (coletiva) e das construções (individual), o que permite harmonizar interesses coletivos e individuais em uma comunidade. Sob o modelo, a terra é retirada do mercado, passando a servir à função de garantir moradia acessível economicamente e outros ativos comunitários.

No Brasil, a experiência que inspirou a defesa do modelo no país foi o Fideicomiso de la Tierra Caño Martín Peña, TTC implementado em um conjunto de favelas na capital de Porto Rico. O caso evidenciou o potencial do modelo para as favelas, já que ele garantiu tanto a permanência dos moradores na terra quanto o desenvolvimento comunitário pautado por seus interesses.

O TTC é, portanto, um modelo de gestão coletiva do território pautado pelo protagonismo dos moradores. O planejamento territorial comunitário caminha lado a lado com o Termo Territorial Coletivo, que nunca pode prescindir do exercício de reflexão coletiva acerca do território. A grande contribuição deste modelo fundiário é garantir que a comunidade possa se desenvolver de forma autogerida e que os frutos deste desenvolvimento sejam de fato aproveitados pelos moradores e não por terceiros que procurem se apropriar da valorização da terra.

Dessa forma, tendo em vista a importância de Planos Populares para que os próprios moradores determinem o tipo de comunidade que desejam construir, o Projeto TTC lança este Guia para a Construção de um Plano Popular Urbano. O objetivo do material é trazer uma proposta metodológica para que comunidades possam iniciar uma reflexão sobre seu território e planejar as mudanças que sejam necessárias, trazendo apoiadores externos apenas para auxiliar em definições técnicas que sejam necessárias a partir do acúmulo e das necessidades da comunidade. Mais do que um guia de planejamento popular, trata-se de um material de estímulo ao empoderamento e protagonismo dos moradores sobre seus territórios.

CONTEÚDO DO GUIA

INTRODUÇÃO

A Organização dos moradores
Objetivos do guia e modo de leitura

PROCEDIMENTOS DE AÇÃO

Construção do Grupo de Trabalho
Identificação dos Problemas
Identificação das Potencialidades
Criação de uma Cartografia Afetiva

INICIATIVAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO POPULAR

Definição de Objetivos
Gestão para Implementação
Execução do Plano Popular (parcerias e mutirões)

INTRODUÇÃO

O planejamento urbano é um instrumento importante de transformação de um determinado território. Ele busca a criação de um determinado ordenamento territorial visando um progresso social adequado, pautado no respeito das tradições locais e no desenvolvimento a partir do protagonismo dos moradores.

A atividade de planejamento urbano está embasada na Constituição Federal Brasileira nos artigos 182 e 183 – Da Política Urbana – e tem como descrição “ordenar plenamente as funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. No âmbito urbano, entende-se que as funções sociais da cidade serão plenamente atingidas quando forem atendidas as diretrizes de garantia do direito à terra, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para a presente e para as futuras gerações.

Para além de soluções pontuais e imediatas, o planejamento urbano deve contemplar mecanismos de gestão democrática da cidade por meio da participação ampla da população e de associações representativas de diferentes grupos na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Nesse sentido, a organização dos moradores em função da criação de um Plano Popular não só é reconhecida constitucionalmente, mas incentivada como caminho democrático para a proposição de melhorias na qualidade de vida da população urbana. Respeitando princípios de participação e proposição de ações estratégicas, a prática do planejamento por moradores poderá partir de uma compreensão aguçada da realidade local, seus conflitos e potencialidades, a fim de sugerir melhorias, modificações ou transformações de curto, médio ou longo prazo num determinado território. A formulação democrática e participativa de proposições é fundamental para a mobilização dos moradores na busca por parceiros públicos e privados para a concretização dos objetivos do plano.

Os planos institucionais, coordenados e estruturados pelo poder público municipal, tendem a ser generalistas e amadurecem de forma lenta no tempo. As questões urgentes geralmente são tratadas com soluções a longo prazo e, quase sempre, legitimadas por baixa (ou inexistente) participação da sociedade no seu processo decisório.

Um Plano Popular, por sua vez, sendo pensado desde o início pelos próprios moradores de determinada região, bairro ou comunidade, se constitui como documento com legitimidade popular, que contempla problemas e potencialidades evidenciados e vividos pelos mesmos em seu cotidiano.

Assim, o Plano Popular é uma construção alternativa ao planejamento institucional determinado pelo Plano Diretor (enquanto principal documento de ordenação territorial municipal) que não busca substituir marcos de planejamento urbano ‘oficiais’ mas constitui-se em uma elaboração complementar ao previsto em lei ou decreto municipal.

A ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES

O planejamento urbano realizado por meio de um Plano Popular deve ser um instrumento para garantir acesso a direitos e maior bem estar aos cidadãos de um determinado território urbano. Tal documento possibilita a passagem de uma situação atual, identificada como insatisfatória, para uma outra, futura, considerada desejável. Por isso, a criação de um Plano Popular envolve, necessariamente, uma organização coletiva de um grupo de trabalho que irá colocar em pauta as metodologias aqui sugeridas e debater escolhas e propostas que serão destacadas como objetivos do Plano Popular.

Para tanto, é necessário assumir responsabilidades coletivas e individuais que envolvem agregar o máximo de pessoas possíveis, de maneira a evidenciar os conflitos do local que será objeto do plano popular e buscar consensos. Dessa forma, busca-se reduzir as divergências entre as pessoas envolvidas na criação do plano e adotar medidas conciliatórias que possam contemplar a criação adequada de objetivos comuns a serem buscados a partir da atividade de planejamento.

O processo de organização propicia uma estrutura de tomadas de decisões que passa por negociações entre distintos interesses dos membros de determinado grupo/comunidade, evidenciando diferentes percepções de realidade, além de vontades e expectativas sobre o que se pretende alcançar no futuro. Tal processo poderá contribuir, para além da criação do plano popular, numa estrutura de pessoas que se tornarão sujeitos de decisão e gestão. Além disso, o processo pode ainda fortalecer redes de cooperativas e associados que ampliarão o leque de troca de saberes sobre possíveis ações no território.



Foto: Ação de construção do Plano Popular das Vargens

Fonte: redeecologicario.org

Por isso, esse guia se propõe a expor um método de criação de um Plano Popular que está baseado na ampla mobilização e participação de todos interessados na discussão de intervenções num determinado local, na negociação sobre as intervenções e na tomada de decisões. Nesse sentido, é necessário que as pessoas se entendam enquanto gestores principais do território. Esse princípio de autogestão para construção do Plano Popular deverá estar focado em:

- Estabelecer relações e consensos, de caráter imediato até de longo prazo, entre as diferentes demandas das pessoas de um determinado local;
- Determinar focos para as intervenções territoriais, com indicadores que se articulam com as prioridades elencadas pelos moradores, e as iniciativas necessárias para que elas sejam realizadas;
- Garantir transparência e ampla divulgação às opções e decisões do grupo;
- Facilitar a negociação entre parceiros públicos e privados para a formalização dos compromissos e objetivos do Plano Popular.

Ao promover interação e negociação de saberes e interesses, o planejamento para a criação do plano popular estimula a troca de saberes sociais, amplia a capacidade do grupo/comunidade de se adaptar a eventuais transformações físicas em seu território e responde aos desafios e às mudanças do mundo contemporâneo.

OBJETIVOS DO GUIA E MODO DE LEITURA

Como exposto anteriormente, esse guia tem como objetivo apontar uma proposta de percurso de trabalho para um grupo/comunidade organizado em função da tarefa de estruturar um plano popular. A construção desse plano deverá partir de três premissas básicas: respeito mútuo entre os participantes, ambiente acolhedor para a exposição de conflitos locais e proposição de mudanças com transformações locais. De maneira semelhante, essas premissas estarão relacionadas com três momentos específicos de criação do plano popular: a compreensão da realidade atual do local, a evidência de problemáticas e potencialidades para a criação de objetivos e formulação de estratégias para a concretização dos objetivos definidos coletivamente.

Segundo as premissas anteriores, o Plano Popular será construído por duas macroetapas fundamentais:

— Capacitação e Planejamento Urbano

— Domínio Prático e Gestão Urbana

Ao longo do próximo tópico serão apresentadas dinâmicas que orientarão um conjunto de diretrizes que, por sua vez, serão descritas por meio de microetapas específicas e procedimentos de trabalho em grupo. De forma esquemática, será proposto o seguinte modelo:

MACROETAPA: CAPACITAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO

ETAPAS ESPECÍFICAS:

CONSTRUÇÃO DO GRUPO DE
TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS

IDENTIFICAÇÃO DAS POTENCIALIDADES

CRIAÇÃO DE CARTOGRAFIA AFETIVA

MACROETAPA: DOMÍNIO PRÁTICO E GESTÃO URBANA

ETAPAS ESPECÍFICAS:

DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

GESTÃO DA IMPLEMENTAÇÃO

EXECUÇÃO DO PLANO

O percurso aqui sugerido para a criação de um Plano Popular envolve sete atividades que, por sua vez, estruturam um processo de criação mais amplo. Os itens aqui apresentados contextualizam os assuntos que serão tratados e os mecanismos das dinâmicas a serem desenvolvidas, além de buscar pontuar como o resultado dessas ações gerarão objetivos para o Plano Popular.

As atividades sugeridas para o percurso são:

- 1 Construção do Grupo de Trabalho
- 2 Identificação dos problemas locais
- 3 Identificação das potencialidades locais
- 4 Criação de uma cartografia afetiva
- 5 Definição de objetivos (propostas)
- 6 Busca por parcerias
- 7 Gestão da Implementação do Plano Popular

O tempo para que todas as etapas sejam completadas dependerá de diversos fatores, como: tamanho do grupo/comunidade que fará o percurso do Plano Popular, calendário de trabalho (estimando dias em que a maior parte dos moradores possam estar presentes) e tamanho do grupo que estará engajado no plano e problemáticas levantadas. Estima-se que o plano popular construído com a metodologia proposta nesse guia, uma vez constituído o grupo de trabalho, possa ser realizado entre dois e três meses, considerando reuniões semanais. Após a criação do plano, poderá ser definido um novo calendário de ações para que os objetivos propostos sejam executados prontamente.

PROCEDIMENTOS DE AÇÃO

O processo de trabalho sugerido para a criação do Plano Popular oferece um percurso lógico de atividades que articulam a formação de um grupo de trabalho por meio da identificação dos moradores locais e agentes sociais, públicos e privados, que queiram fazer parte de uma mobilização para transformar um determinado território, garantindo um aumento do bem-estar coletivo.

Trata-se de um momento em que as pessoas assumem o protagonismo sobre as possíveis intervenções e mudanças em seu local de residência e, através de trocas dinâmicas, conseguem mediar relações e propor possibilidades de melhorias físicas, sociais e econômicas.

Deve ser proposta a moderação do grupo para que os debates, por mais amplos e necessários que sejam, se mantenham focados nos objetivos de ação do Plano Popular previsto para o território em questão. Dessa maneira, é importante o fortalecimento do engajamento dos moradores para que se pense o planejamento urbano como um todo, evitando manifestações de individualismo, preconceitos ou discriminações de qualquer tipo.

Deve-se ainda ter em mente que o fortalecimento do debate público deve ser prioritário, acima de interesses privados e individuais de um ou outro morador, de modo a garantir que as diversas opiniões, visões sobre o local e experiências pessoais transformem-se em matéria-prima para proposições de mudanças concretas.

Nas próximas páginas, serão detalhadas as quatro primeiras atividades a serem pensadas para, posteriormente, serem estruturados os objetivos gerais do Plano Popular. São elas:

- Organização: A construção do grupo de trabalho
- Identificação dos problemas locais
- Identificação das potencialidades locais
- Criação de uma cartografia afetiva

ATIVIDADE 1: Construção do Grupo de Trabalho

OBJETIVO DA ATIVIDADE:

Informar aos interessados sobre a construção do Plano Popular. Consolidar o grupo que irá trabalhar diretamente na construção do Plano. Atribuir responsabilidades individuais e coletivas. Estruturar os procedimentos para as dinâmicas em grupo.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

Momento de adesão de moradores, associações ou coletivos urbanos diversos atuantes no território e interessados na construção de um plano popular. Deve-se marcar uma primeira reunião onde serão esclarecidos os objetivos, métodos e o que se espera alcançar com a construção de um plano popular.

A reunião deverá contar com o maior número possível de interessados, a partir de uma articulação ampla, com fim de formar um grupo coeso para o desenvolvimento coerente de todo o processo.

Num primeiro momento, poderá ser feito um debate coletivo sobre a primeira parte do guia, que se refere à introdução, para esclarecimentos gerais sobre a organização dos moradores, objetivos do guia e modo de leitura.

Na sequência, o grupo poderá desenvolver as dinâmicas referentes à atividade 01. As dinâmicas estão descritas nas próximas páginas.

Dinâmica de identificação do grupo e do território:

Identificação das pessoas e onde moram para legitimar sugestões e reconhecer ausências

Dinâmica de entendimento do processo de trabalho:

A estrutura sugerida para o grupo de trabalho será consultoria técnica, organizador das dinâmicas e sistematização de dados.

FERRAMENTAS E AÇÕES ESPERADAS:

Chamamento público dos interessados via canais de comunicação virtual (redes sociais ou aplicativos de mensagens), oral (comunicação verbal boca a boca), visual (cartazes em locais estratégicos) e demais formas de comunicação que permitam a convocação do grupo dentro de um determinado território.

Deve-se estabelecer um local específico, protegido, amplo e de fácil acesso, para que seja possível realizar as reuniões com algum conforto. Equipamentos como alto-falantes e microfones com caixa de som poderão ser utilizados para facilitar o entendimento das falas. Locais sugeridos: associações de moradores, pátios de colégios ou campos abertos como praças ou parques.

Recomenda-se que os encontros tenham duração de, no máximo, duas horas.

SUGESTÃO DE TRABALHO PARA A ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Caso existam técnicos para assistência recomenda-se que estes façam parte do grupo de trabalho, contribuindo na organização do plano popular. Neste caso, eles poderão ter importante papel na execução de recursos gráficos para as dinâmicas.

DINÂMICA DE IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO E DO TERRITÓRIO

MATERIAIS OPCIONAIS PARA REALIZAÇÃO DA DINÂMICA:

Mapa do território impresso, post-it, canetas coloridas de ponta grossa

Vale lembrar que o fato de não levar mapa para esta atividade, não limita sua realização. A dinâmica poderá ser executada apenas a partir de debate entre os participantes.

As pessoas presentes sentam-se em círculo, de forma que todos possam se ver.

Apresentam-se de maneira breve, mencionam seus nomes e localidade onde habitam.

Recomenda-se que o grupo já leve para a dinâmica um mapa impresso do território a ser debatido. Esse recurso visual ajuda na identificação do território como um todo e no entendimento de distribuição dos moradores pelas regiões.

Com o mapa em uma mesa no centro da roda ou colado na parede, cada participante, ao se apresentar, poderá colar um post-it com seu nome no local onde habita. Ao final da atividade, o grupo poderá observar a distribuição dos participantes pelo território em questão.

Outra atividade que ajudará no entendimento do território é a identificação coletiva de possíveis subdivisões do território (nomes populares de localidades dados pelos próprios moradores). A partir de debate do grupo, os participantes poderão marcar no mapa as subdivisões identificadas pelos participantes.

A partir da identificação da localidade de cada morador no mapa (por meio do post-it) poderá ser percebido onde estão localizados os participantes/moradores e sugerir mais chamamentos nos locais onde existem poucos participantes presentes.

Destacamos a importância da presença de pessoas que habitem/circulem em grande parte do território a ser trabalhado pelo plano, de modo a serem somadas mais contribuições e legitimar o caráter democrático e participativo da tomada de decisões.



DINÂMICA DE ENTENDIMENTO DO PROCESSO DE TRABALHO

Uma vez terminada a identificação das pessoas e situado o local em que residem, dá-se início, durante a mesma reunião, à dinâmica de entendimento de Processo de Trabalho.

Os participantes deverão debater sobre os próximos passos a serem seguidos de acordo com o guia – Atividades e Dinâmicas - e criar um grupo de trabalho que contará com alguns participantes que serão responsáveis por organizar as próximas atividades.

Sugere-se que esse grupo de trabalho possua 3 frentes (outras frentes poderão ser adicionadas de acordo com a necessidade de cada comunidade):

a) Consultoria técnica: Responsáveis pela impressão de mapas e outros possíveis recursos gráficos (fotos, tabelas, etc.), aquisição de materiais necessários para a realização das atividades, levantamento de dados numéricos (ex.: IBGE)

b) Organizador das dinâmicas: Responsáveis por reservar o espaço, marcar as datas das atividades, fazer a comunicação com o grupo.

c) Sistematização de dados: Responsáveis por sistematizar os dados colhidos nas dinâmicas em formato de texto, tabelas, imagens. Relatar as reuniões.

O grupo de trabalho não precisa se limitar a uma pessoa por frente e seus participantes podem ser alterados ao longo do processo de construção do plano popular, de acordo com a disponibilidade dos participantes.

Caso exista assistência técnica, a mesma poderá ser responsável pela consultoria técnica e/ou sistematização de dados juntamente com o(s) responsável(eis) do grupo.

**CONSULTORIA
TÉCNICA**



**ORGANIZAÇÃO
DAS DINÂMICAS**



**SISTEMATIZAÇÃO
DE DADOS**



ATIVIDADE 2: Identificação dos Problemas Locais

OBJETIVO DA ATIVIDADE:

Identificar e familiarizar os participantes com os temas de natureza urbana que devem ser priorizados para a construção do Plano Popular. Sistematizar relatos sobre o território a partir de saberes e experiências cotidianas dos moradores. Classificar os problemas identificados durante a dinâmica em temas para análise futura. Possibilitar o entendimento dos temas enquanto questões territoriais passíveis de intervenção. Relacionar os problemas listados com possíveis potencialidades do território (tema da próxima atividade).

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

Uma vez definidas as atribuições dos responsáveis no grupo pela consultoria técnica, organizador das dinâmicas e sistematização de dados, os trabalhos prosseguem com o levantamento de problemáticas no local. Os participantes da construção do plano irão identificar problemáticas que atingem o território baseadas em cinco temas urbanos principais:

1. Habitação
2. Mobilidade
3. Meio Ambiente
4. Desenvolvimento Econômico
5. Equipamentos Públicos

Tais pontos serão novamente abordados em numa dinâmica própria, com o convite para que os moradores relacionem exemplos que possam formar uma lista base para a criação de objetivos de transformação territorial.

Dinâmica de Problemática:

Identificação e listagem de questões relacionadas aos temas urbanos listados

Cada ponto listado virá acompanhado por um TEMA, que por sua vez será representado por um número correspondente a uma questão trazida pelos participantes. Sendo 5 temas, teremos como exemplo:

Tema 1: Habitação – Primeiro ponto listado

Tema 1: Habitação – Segundo ponto listado

Tema 2: Mobilidade – Primeiro ponto listado

Tema 2: Mobilidade – Segundo ponto listado

Tema 3: Meio Ambiente – Primeiro ponto listado

Tema 3: Meio Ambiente – Segundo ponto listado

Tema 3: Meio Ambiente – Terceiro ponto listado

(Segue sucessivamente com os demais temas 4 e 5)

FERRAMENTAS E AÇÕES ESPERADAS:

Deve-se listar os temas, destacar as questões relacionadas à cada um e determinar uma listagem com os mais emergenciais, do primeiro ao último. O recurso visual do mapa e de imagens funciona como um suporte para ativação de lembranças e a identificação do território, ajudando na compreensão, reflexão e apontamento de aspectos da realidade cotidiana, histórica, subjetiva e coletiva.

SUGESTÃO DE TRABALHO PARA A ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Caso existam técnicos para assistência recomenda-se explorar mais temas relacionados com o território em que o plano está sendo feito e utilizar mapas técnicos específicos previamente preparados (uso e ocupação do solo e bacias hidrográficas, por exemplo) para auxiliar na leitura das problemáticas territoriais. A assistência técnica pode solicitar aos participantes o envio de imagens de possíveis problemas identificados no território para facilitar a compreensão coletiva.

DINÂMICA DA PROBLEMÁTICA

MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DA DINÂMICA:

Folhas em grandes formatos, cartolina ou quadro branco (para tabela), mapa do território impresso, post-it de uma única cor (cores fortes como vermelho ou laranja), canetas coloridas de ponta grossa.

Uma vez que os participantes estejam reunidos, deve-se identificar as principais questões (problemáticas) que envolvem os cinco temas do local em que se pretende implementar o Plano Popular.

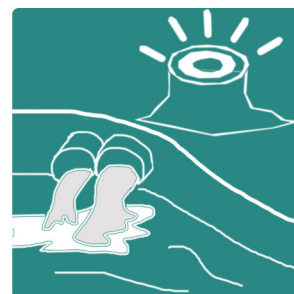
Recomenda-se utilizar uma tabela preparada previamente segundo o modelo ao lado:



1. Habitação



2. Mobilidade



3. Meio Ambiente



4. Desenvolvimento Econômico



5. Equipamentos Públicos

TEMA 1: HABITAÇÃO

TEMA	NÚMERO	Questões (quais?)	Identificação Local (Como?)
Habitação	1	<i>Existe um risco de desmoronamento das casas localizadas em...</i>	<i>Já ocorreram desmoronamentos no passado.</i>
Habitação	2	<i>Casas estão sem circulação de ar.</i>	<i>As casas nos becos de nome xxx estão com problemas de mofo e falta de circulação de ar.</i>

Exemplos de questões relacionadas ao tema:

Existem locais em que as habitações apresentam risco estrutural?

Existem casas com risco de desmoronamento ou de serem soterradas?

Existem locais de ampliação urbana local? Onde?

Existem moradias com materiais precários? Onde?

Existem habitações construídas sobre cursos d'água como córregos, rios, riachos, entre outros? Onde?

TEMA 2: MOBILIDADE

TEMA	NÚMERO	Questões (quais?)	Identificação Local (Como?)
Mobilidade	1	<i>Não existem pontos de ônibus nas áreas X e Y.</i>	<i>As pessoas são obrigadas a andar por toda a rua para chegar ao ponto.</i>
Mobilidade	2	<i>A comunidade depende da regulamentação de um transporte alternativo.</i>	<i>Pessoas já estão trabalhando e tentando um registro mas ainda sem sucesso.</i>

Exemplos de questões relacionadas ao tema:

Existem locais em que os pontos de ônibus não tem local adequado de espera?

Existe a necessidade de serem criadas mais linhas de ônibus? Para onde?

Existem transportes públicos a serem regulamentados?

Existe a possibilidade de serem criadas ciclovias?

Existe calçada adequada para pedestres?

TEMA 3: MEIO AMBIENTE

TEMA	NÚMERO	Questões (quais?)	Identificação Local (Como?)
Meio Ambiente	1	<i>Não existem árvores nas ruas X e Y</i>	<i>Percebe-se que não há sombras em dias quentes.</i>
Meio Ambiente	2	<i>O rio local está poluído.</i>	<i>Não existe tratamento de esgoto na comunidade.</i>

Exemplos de questões relacionadas ao tema:

Existem locais em que existem córregos ou rios próximos? Eles criam alagamentos?

Existem locais de esgoto in natura?

Existem locais de falta de água?

Existem parques, praças e quadras? Onde as pessoas se reúnem para lazer?

Existem locais em que podem ser plantadas árvores?

Existem lixões a céu aberto? Onde?

TEMA 4: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

TEMA	NÚMERO	Questões (quais?)	Identificação Local (Como?)
Desenvolvimento Econômico	1	<i>Não existem espaços para feiras</i>	<i>Feirantes gostariam de expor mercadorias na comunidade para vender</i>
Desenvolvimento Econômico	2	<i>As ruas X e Y poderiam ser locais com lojas</i>	<i>As pessoas não estão conseguindo alugar espaços para lojas</i>

Exemplos de questões relacionadas ao tema:¹

Existem locais em que podem ser feitas lojas?

Existem locais adequados para realizar feiras?

Existem locais onde se pretende criar alguma cooperativa?

Existem iniciativas sobre negócios específicos para o local? Quais?

TEMA 5: EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

TEMA	NÚMERO	Questões (quais?)	Identificação Local (Como?)
Equipamentos Públicos	1	<i>Não existe posto de saúde na Comunidade</i>	<i>As pessoas precisam se deslocar até outro bairro para ter atendimento médico</i>
Equipamentos Públicos	2	<i>Existe a necessidade de uma praça pública</i>	<i>Já existe uma movimentação na comunidade para que seja criada uma praça num local específico</i>

Exemplos de questões relacionadas ao tema:

Existem creches suficientes no local?

Existem escolas suficientes no local?

Existem hospitais suficientes no local?

Existem parques e praças públicas?

Existem centros culturais nas proximidades do local?

Existem reivindicações já realizadas para serviços públicos?

Para a realização desta dinâmica o grupo levará um mapa do território impresso e utilizará post-it de uma única cor (cores fortes como vermelho ou laranja) para localizar os problemas trazidos pelos participantes.

O recurso visual do mapa auxilia na ativação de memórias e na localização dos participantes. A localização da problemática no mapa poderá ser feita simultaneamente ao preenchimento da tabela.

Exemplo de utilização do post-it para localização da problemáticas (apontadas na tabela) no mapa do território:

HABITAÇÃO 1

DESMORONAMENTO

MOBILIDADE 1

SEM PONTO
DE ÔNIBUS

**MEIO
AMBIENTE 1**

NÃO HÁ SOMBRAS/
ÁRVORES

**DESENVOLV.
ECONÔMICO 1**

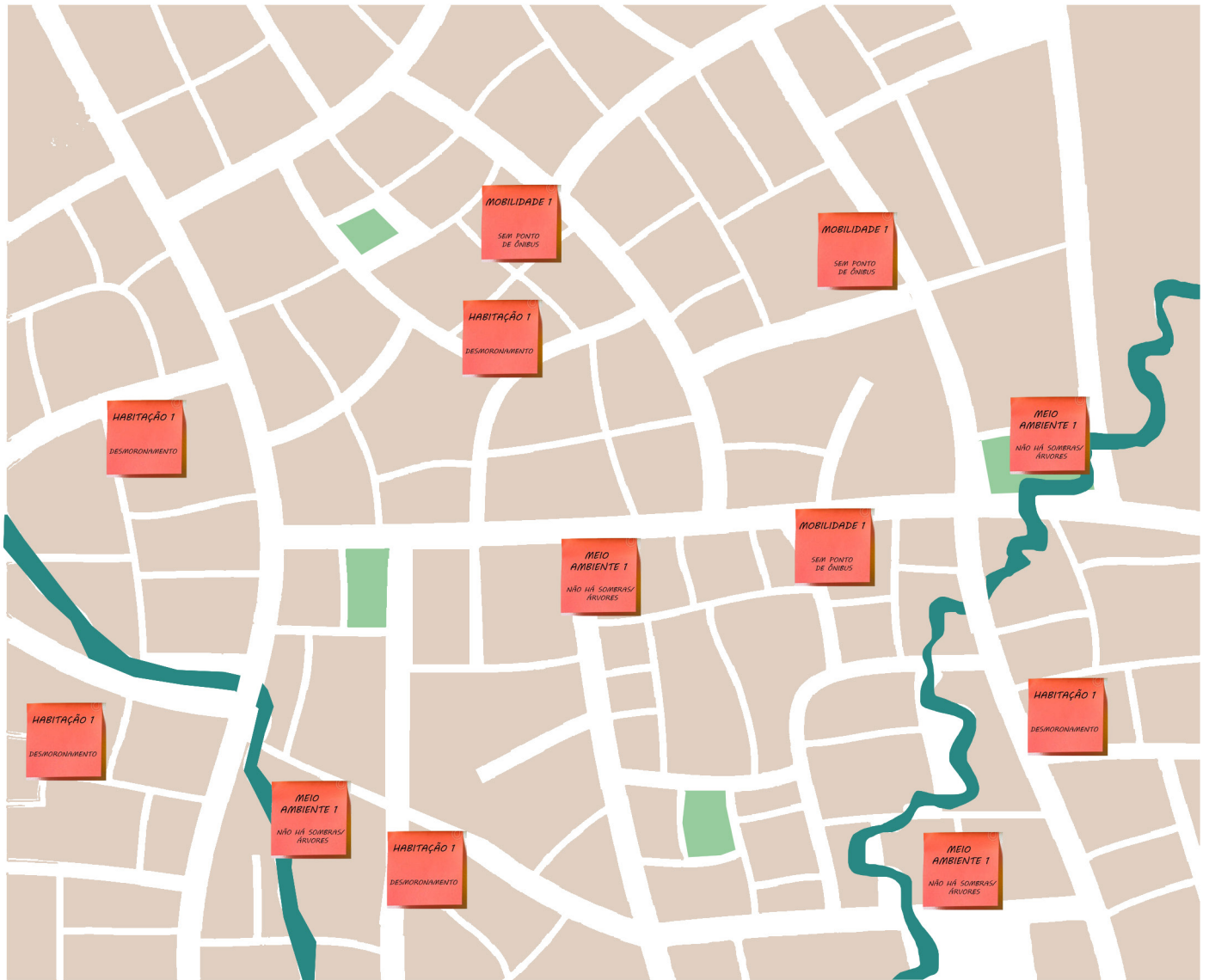
FALTA COMÉRCIO

**EQUIPAMENTOS
PÚBLICOS 1**

NÃO HÁ POSTO
DE SAÚDE

**EQUIPAMENTOS
PÚBLICOS 2**

NÃO HÁ PRAÇA
NESSA REGIÃO



ATIVIDADE 3: Identificação das Potencialidades Locais

OBJETIVO DA ATIVIDADE:

Identificar e familiarizar os participantes com os temas de natureza urbana que devem ser priorizados para a construção do Plano Popular. Sistematizar relatos sobre o território a partir de saberes e experiências cotidianas dos moradores. Classificar as potencialidades durante a dinâmica em temas para análise futura. Possibilitar o entendimento dos temas enquanto questões territoriais passíveis de intervenção. Relacionar as potencialidades listadas com as problemáticas na última dinâmica realizada.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

Uma vez definidas as problemáticas da localidade onde se pretende criar o Plano Popular, deverá ser organizada uma dinâmica para entendimento das potencialidades locais. Essas potencialidades tratam de diversas práticas sobre o local de estudo que estruturam dinâmicas sociais diversas. Os participantes da construção do plano irão identificar tais potencialidades baseadas em cinco práticas principais:

1. Práticas Sociais: esportes, lazer, exercícios físicos, lazer para crianças
2. Práticas Culturais: festas no local em dias específicos do ano, rodas de capoeira
3. Práticas Econômicas: feiras e eventos comerciais, ruas comerciais
4. Práticas Religiosas: eventos religiosos de diferentes matrizes
5. Práticas Locais Específicas: mutirões, limpeza de rua, apropriações de espaços abandonados, caminhos criados para facilitar deslocamentos locais etc

Tais pontos serão trabalhados numa dinâmica própria com exemplos e deverão ser listados com fins de serem base para a criação de objetivos de transformação territorial.

Dinâmica de Potencialidades:

Identificação e listagem de questões relacionadas aos temas urbanos listados.

Cada ponto listado será correspondido por um TEMA que será representado por um número correspondente a uma questão trazida pelos participantes.

Sendo 5 temas, teremos:

Tema 1: Práticas Sociais – Primeiro ponto listado

Tema 2: Práticas Culturais – Primeiro ponto listado

Tema 3: Práticas Econômicas – Primeiro ponto listado

FERRAMENTAS E AÇÕES ESPERADAS:

Deve-se listar os temas e destacar as questões relacionadas à cada um, tais quais serão posteriormente correlacionadas aos pontos das problemáticas para uma síntese de objetivos. O recurso visual do mapa e de imagens funciona como um suporte para ativação de lembranças e a identificação do território, ajudando na compreensão, reflexão e apontamento de aspectos da realidade cotidiana, histórica, subjetiva e coletiva.

SUGESTÃO DE TRABALHO PARA A ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Caso existam técnicos para assistência técnica recomenda-se explorar mais temas relacionados com o território em que o plano está sendo feito e utilizar mapas técnicos específicos previamente preparados.

DINÂMICA DE POTENCIALIDADES

MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DA DINÂMICA:

Folhas em grandes formatos, cartolina ou quadro branco (para tabela), mapa do território impresso, post-it de uma única cor (cores claras como verde, amarelo, cor diferente das problemáticas), canetas coloridas de ponta grossa.

De maneira semelhante à última dinâmica, uma vez que os participantes estejam reunidos, deve-se identificar as principais questões (potencialidades) que envolvem os cinco temas do território em que se pretende implementar o Plano Popular.

Recomenda-se utilizar uma tabela preparada previamente segundo o modelo ao lado:



1. Práticas Sociais



2. Práticas Culturais



3. Práticas Econômicas



4. Práticas Religiosas



5. Práticas Locais Específicas

TEMA 1: PRÁTICAS SOCIAIS

TEMA	NÚMERO	Questões (quais?)	Identificação Local (Como?)
Práticas Sociais	1	<i>Existe a prática de esportes na comunidade.</i>	<i>Existe um campeonato de futebol que acontece todo ano.</i>
Práticas Sociais	2	<i>As crianças brincam pela rua X e Y do bairro.</i>	<i>Existe o costume das crianças brincarem pelas ruas do bairro.</i>

Exemplos de questões relacionadas ao tema:

Existem locais em que as pessoas costumam praticar exercícios físicos?

Existem locais em que as crianças brincam em segurança?

Existem locais em que as pessoas usam para lazer nos finais de semana?

Existem outros espaços de lazer que são utilizados na comunidade?

TEMA 2: PRÁTICAS CULTURAIS

TEMA	NÚMERO	Questões (quais?)	Identificação Local (Como?)
Práticas Culturais	1	<i>Existem festas religiosas na comunidade.</i>	<i>Todo ano se festeja a festa...</i>
Práticas Culturais	2	<i>A comunidade costuma celebrar o dia Y.</i>	<i>Essa data se comemora um fato específico local...</i>

Exemplos de questões relacionadas ao tema:

Existem datas de festas específicas na comunidade?

Existem locais que se realizam eventos culturais?

Existe alguma instituição no local que promove algum evento específico?

TEMA 3: PRÁTICAS ECONÔMICAS

TEMA	NÚMERO	Questões (quais?)	Identificação Local (Como?)
Práticas Econômicas	1	<i>Existe um comércio local de rua</i>	<i>Existe uma feira nos dias X e Y</i>
Práticas Econômicas	2	<i>Existem pequenos negócios locais</i>	<i>Existem lojas nas ruas X e Y</i>

Exemplos de questões relacionadas ao tema:

Existem locais em que as pessoas costumam vender coisas?

Existem lojas precisando de regularização?

Existem um evento para promover trocas comerciais?

Para a realização desta dinâmica o grupo levará o mapa do território impresso (o mesmo utilizado na dinâmica anterior, com os post-its das problemáticas) e utilizará post-it de uma única cor (cores claras como verde, amarelo) para localizar as potencialidades trazidas pelos participantes. O recurso visual do mapa auxilia na ativação de memórias e na localização dos participantes. A localização da potencialidade no mapa poderá ser feita simultaneamente ao preenchimento da tabela.

Exemplo de utilização do post-it para localização das potencialidades (apontadas na tabela) no mapa do território:

**PRÁTICAS
SOCIAIS 1**

CAMPEONATO
FUTEBOL

**PRÁTICAS
CULTURAIS 1**

APRESENTAÇÃO DE
ARTISTAS LOCAIS
AOS SÁBADOS

**PRÁTICAS
ECONÔMICAS 1**

PRESENÇA DE FEIRA
AOS DOMINGOS

**PRÁTICAS
RELIGIOSAS 1**

FESTA NA RUA
EM FERIADOS
RELIGIOSOS

**PRÁTICAS
LOCAIS 1**

HORTA
COMUNITÁRIA

**PRÁTICAS
LOCAIS 2**

CAMINHO CRIADO
PELOS MORADORES,
FACILITA ACESSO



Ao final desta dinâmica, além das duas listas, o grupo contará com um mapa com a localização das problemáticas e potencialidades.

ATIVIDADE 4: Criação de uma Cartografia Afetiva

OBJETIVO DA ATIVIDADE:

Realizar uma dinâmica lúdica com mapas para trabalhar questões urbano educacionais com base em direitos humanos de modo a construir propostas preliminares aos objetivos que serão trabalhados na próxima etapa.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

Uma vez listadas e mapeadas as problemáticas e as potencialidades do local, será utilizado um outro mapa do território em que os participantes poderão utilizar técnicas de representação de forma livre e lúdica (desenho, colagens de imagens, palavras, fotos, textos, diagramas, pictogramas) para expressar suas vontades, desejos e/ou pensamentos sobre o território.

Dinâmica de criação da cartografia

FERRAMENTAS E AÇÕES ESPERADAS:

Espera-se que a dinâmica consiga relacionar princípios fundamentais de direitos humanos universais, correlacionando-os com as problemáticas e potencialidades já listadas, para o embasar a formulação de objetivos previstos no próximo ponto.

SUGESTÃO DE TRABALHO PARA A ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Caso existam técnicos para assistência recomenda-se fazer uma apresentação introdutória sobre direitos humanos e espaço urbano no início da dinâmica referente à essa atividade. Também poderá ser utilizada como referência os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável preconizados pela Organização das Nações Unidas - ONU.

DINÂMICA DE CRIAÇÃO DA CARTOGRAFIA AFETIVA

MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DA DINÂMICA:

Mapa do território impresso, canetas coloridas de ponta grossa, revistas, jornais e pictogramas para recorte, cola branca, tesouras, folhas brancas ou coloridas para possíveis desenhos.

Os organizadores da dinâmica irão mostrar os itens descritos na declaração universal dos direitos humanos para os participantes debaterem e relacionarem com o território em questão.

Como os seguintes temas se relacionam com o território em questão?

LISTAR E EXPOR ARTIGOS DE ACORDO COM A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS

Após um breve debate sobre os pontos, os participantes irão trabalhar sobre um mapa do território, criando uma cartografia de forma livre e lúdica, ilustrando reflexões e apontando aspectos da realidade cotidiana, histórica, subjetiva e coletiva que se relacionem com os pontos levantados anteriormente (sobre direitos humanos).

Para o desenvolvimento desta cartografia afetiva, os participantes poderão utilizar, sobre o mapa do território, recortes de revistas, jornais ou pictogramas, desenhos feitos na hora, palavras, textos, diagramas, ou qualquer outro artifício que represente seus pensamentos sobre os temas de direitos humanos, localizando-os no espaço do território em questão.



**INICIATIVAS PARA
IMPLEMENTAÇÃO DO
PLANO POPULAR**

O material técnico produzido até esse momento proporciona uma visão geral e consistente da realidade local em que se pretende aplicar o Plano Popular, bem como as demandas e objetivos dos moradores para seu território. A partir desse ponto, serão tratados os próximos passos para que as informações levantadas sejam base para a formulação de propostas de projetos e ações de desenvolvimento urbano.




Como próximos passos, com o objetivo de que a sistematização das problemáticas e potencialidades possam ser transformadas em objetivos para o território, serão propostos debates e dinâmicas para a busca de consensos entre os moradores. Para tanto, deverão ser promovidos encontros para revisar todos os pontos anteriormente colocados, de maneira isolada ou concomitante.

Tais objetivos serão formalizados num documento final único – Plano Popular – formatado com todas as contribuições dos estudos realizados ao longo das etapas anteriores e com o mapa afetivo, definindo uma hierarquia de prioridades, estratégias para negociação e buscando fontes para a construção de adesão de potenciais aliados nos segmentos públicos e privados, além de órgãos públicos (municipal, estadual e federal).

Uma vez definidos os objetivos, serão traçados os meios necessários para que eles sejam devidamente implantados no território, segundo definições estabelecidas no Plano Popular. Nesse momento, serão desenvolvidas estratégias que possam viabilizar parcerias públicas, privadas ou de outros interessados na aplicação das ações previstas no documento, de acordo com sua escala de prioridade.

Finalmente, ao final de todas essas etapas, com o Plano já formado, trataremos sobre a organização para a gestão e acompanhamento da viabilidade de implantação de todos os objetivos previstos para o território.

Nas próximas páginas, serão abordadas as três últimas atividades sugeridas. São elas:

-  Definição de Objetivos
-  Busca por Parcerias
-  Gestão da Implementação

ATIVIDADE 5: Definições de Objetivos

OBJETIVO DA ATIVIDADE:

Utilizar os dados e informações coletadas na lista e no mapa de problemáticas e de potencialidades, além da cartografia afetiva criada, para sugerir iniciativas, de ordem pública e privada, com foco na transformação dos pontos levantados.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

Cada ponto listado como problemática ou potencialidade, além das imagens sugeridas na cartografia afetiva, pode ser entendido, de maneira conjunta ou isolada, como uma fonte de dados para a elaboração de uma ou mais propostas. As propostas poderão ser tratadas de maneira isolada ou conjunta para apontar transformações no território e serem sistematizadas e listadas em objetivos.

Dinâmica para a criação dos objetivos

Dinâmica para formatação final do documento

(Breve resumo dos principais pontos levantados, relatoria das reuniões, quadro de problemáticas e potencialidades, objetivos e estratégias de aplicação sugeridas)

PROBLEMÁTICAS

+

POTENCIALIDADES

+

CARTOGRAFIA AFETIVA

OBJETIVOS

FERRAMENTAS E AÇÕES ESPERADAS:

Espera-se que o entendimento de problemáticas e potencialidades possa ser elemento de transformação urbana. Espera-se também que a base de entendimento criada sobre os direitos humanos possa apontar caminhos para a estruturação e atendimento de objetivos condizentes com o propósito de um desenvolvimento territorial democrático.

SUGESTÃO DE TRABALHO PARA A ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

A assistência técnica poderá orientar os participantes em como realizar associações entre problemáticas e potencialidades. Deve-se considerar que determinados pontos do percurso do Plano Popular sugerem projetos futuros que interligam questões e demandam auxílio técnico para serem devidamente documentadas e trabalhadas. Recomenda-se orientação quanto ao papel do poder público enquanto estrutura administrativa para esclarecer diferentes atribuições de demandas. A assistência técnica também poderá produzir mapeamentos e projetos necessários para implementação dos objetivos.

DINÂMICA PARA CRIAÇÃO DE OBJETIVOS

MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DA DINÂMICA:

Mapas e tabelas de problemáticas e potencialidades, folhas em grandes formatos, cartolina ou quadro branco (para tabela), canetas coloridas de ponta grossa

Para a realização dessa dinâmica, os participantes deverão estar com as listas, o mapa de problemáticas e potencialidades e a cartografia afetiva em mãos.

O grupo deverá retomar os pontos listados e localizados no mapa das dinâmicas anteriores e articular, a partir da proximidade dos temas tratados, as problemáticas e potencialidades apontadas.

Os participantes presentes deverão debater os pontos apresentados e apontar quais soluções poderão ser adotadas para determinados problemas associando-os com as potencialidades que foram previamente levantadas.

Além disso, as questões debatidas e representadas na cartografia afetiva, por sua vez, auxiliam na criação de objetivos para o território.

A criação da tabela abaixo servirá como exemplo de uma possível síntese dos objetivos (propostas) do plano popular.



EXEMPLO 1:

TEMA	Questões (quais?)	Identificação Local (Como?)	OBJETIVOS
Meio Ambiente	<i>Não existem árvores nas ruas X e Y</i>	<i>Percebe-se que não há sombras em dias quentes.</i>	<i>Deve-se realizar o plantio de árvores e garantir uma caminhada segura com calçadas adequadas</i>
Práticas Locais Específicas 1	<i>As pessoas andam pela rua para chegar ao ponto</i>	<i>Não existem calçadas</i>	

EXEMPLO 2:

TEMA	Questões (quais?)	Identificação Local (Como?)	OBJETIVOS
Meio Ambiente	<i>O rio local está poluído</i>	<i>Não existe tratamento de esgoto na comunidade.</i>	<i>Deve-se realizar saneamento básico e garantir a limpeza do rio existente.</i>

EXEMPLO 3:

TEMA	Questões (quais?)	Identificação Local (Como?)	OBJETIVOS
Equipamentos Públicos	<i>Existe a necessidade de uma praça pública</i>	<i>Já existe uma movimentação na comunidade para que seja criada uma praça num local específico</i>	<i>Deve-se garantir a construção de uma praça pública devidamente equipada e segura para garantir lazer de crianças e demais pessoas da comunidade.</i>
Práticas Sociais	<i>As crianças brincam pela rua X e Y do bairro</i>	<i>Existe o costume das crianças brincarem pelas ruas do bairro</i>	

EXEMPLO 4:

TEMA	Questões (quais?)	Identificação Local (Como?)	OBJETIVOS
Habitação	<i>Existe um risco de desmoronamento das casas localizadas em...</i>	<i>Já ocorreram desmoronamentos no passado.</i>	<i>Deve-se realizar a construção de novas habitações em locais adequados sem riscos às pessoas que irão residir. Deve-se garantir lojas no térreo aos que já tem um comércio local.</i>
Práticas Econômicas	<i>Existem pequenos negócios locais</i>	<i>Existem lojas nas ruas X e Y</i>	

DINÂMICA PARA FORMATAÇÃO FINAL DO DOCUMENTO

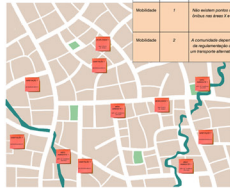
Para a formatação do Plano Popular ser realizada de maneira adequada, recomenda-se à assistência técnica participação efetiva junto ao grupo de trabalho durante todo o processo de escrita e projeto, de maneira à sistematizar todos os dados e objetivos definidos até então como um único documento.

Para tanto, considera-se, a princípio, a seguinte estrutura em texto dissertativo:

- 1) Breve histórico do local com relatos dos participantes da construção do Plano e dados técnicos quantitativos e qualitativos;
- 2) Linha do tempo com histórico de transformações urbanas locais;
- 3) Registro da relatoria dos encontros para a construção do Plano Popular com listagem de presença dos participantes;
- 4) Quadro de Problemáticas e mapa específico;
- 5) Quadro de Potencialidades e mapa específico;
- 6) Cartografia Afetiva;
- 7) Lista Síntese de Objetivos;
- 8) Mapeamentos e eventuais projetos arquitetônicos desenvolvidos pela assistência técnica.

O documento deverá estar devidamente redigido em texto corrido, sendo complementado com os mapas devidamente formatados com o correto entendimento das informações passadas em post-it e dados complementares (quantitativos e qualitativos).

TEMA	NÚMERO	Questões (quest.)	Identificação Local (quest.)
Problemas Sociais	1	Existe um nível de desenvolvimento das atividades comerciais em determinadas áreas?	Já existem estabelecimentos comerciais em determinadas áreas.
Problemas Sociais	2	Como estão sendo utilizadas as áreas de comércio de rua?	As áreas de comércio de rua são utilizadas para comércio de rua e para estacionamento de veículos.



Quadro de Problemáticas e mapa

TEMA	NÚMERO	Questões (quest.)	Identificação Local (quest.)
Políticas Sociais	1	Existe a prática de comércio de rua?	Existe um comércio de rua em determinadas áreas.
Políticas Sociais	2	As áreas comerciais são utilizadas para comércio de rua e para estacionamento de veículos?	Existe a prática de comércio de rua em determinadas áreas.



Quadro de Potencialidades e mapa



Cartografia Afetiva



Relatoria dos encontros e listagem de presença



Linha do tempo transformações urbanas



Histórico e dados do local



Plano Popular Urbano e Projetos

TEMA	Questões (quest.)	Identificação Local (quest.)	OBJETIVOS
Equipamentos Públicos	Existe a necessidade de uma praça pública para comércio de rua?	Já existe uma praça pública para comércio de rua em determinadas áreas.	Como se garantir a existência de uma praça pública para comércio de rua em determinadas áreas?
Políticas Sociais	As áreas comerciais são utilizadas para comércio de rua e para estacionamento de veículos?	Existe o comércio de rua em determinadas áreas.	Como se garantir a existência de áreas comerciais para comércio de rua em determinadas áreas?

Lista síntese de objetivos



Mapeamentos/projetos arquitetônicos



ATIVIDADE 6: Gestão para implementação do Plano Popular

OBJETIVO DA ATIVIDADE:

Criação de grupos de trabalho que deverão buscar parcerias e formas de execução dos objetivos (propostas) do plano popular desenvolvido pelos moradores (mutirão, parceria público, privada, etc.).

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

Com o plano popular formatado e finalizado, os participantes, a partir de uma reunião coletiva, irão se organizar em grupos de trabalho com o intuito de distribuir tarefas para viabilizar de forma prática a execução do plano popular. Sugestão de grupos: organização de mutirão, busca por parcerias públicas, busca por parcerias privadas, busca por parcerias no terceiro setor, ou demais grupos de trabalho que possam surgir de acordo com a necessidade dos participantes

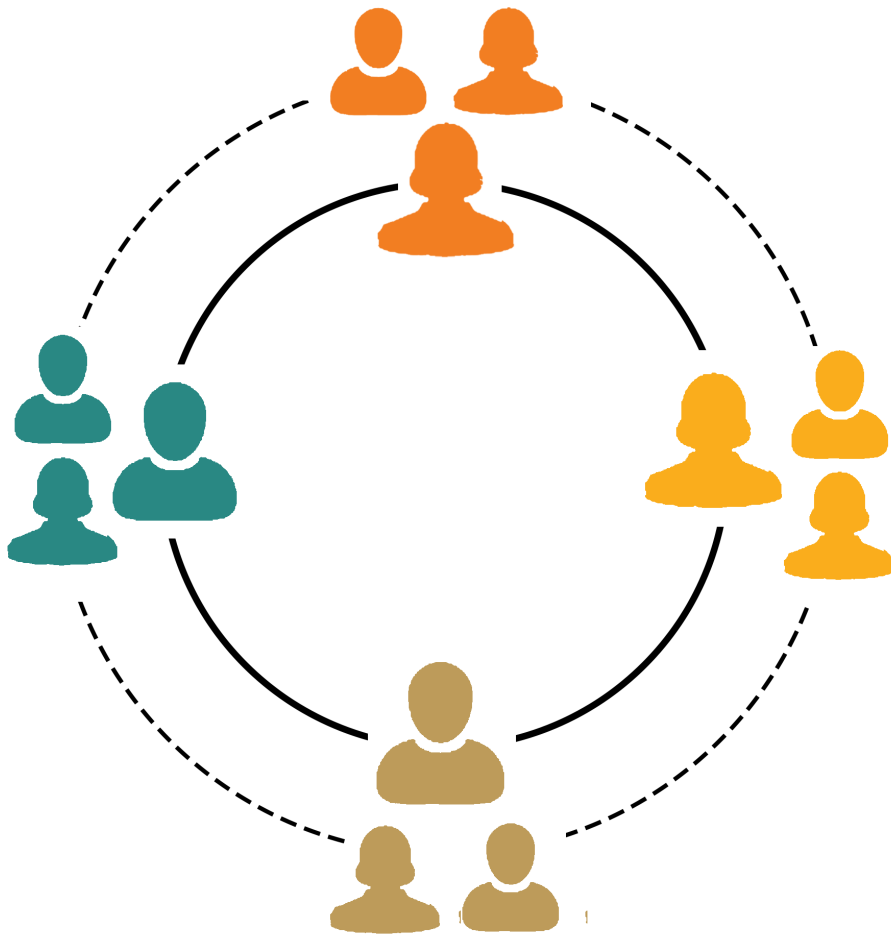
Dinâmica para a criação dos grupos de gestão

FERRAMENTAS E AÇÕES ESPERADAS:

Espera-se que os participantes, uma vez finalizado o processo de estruturação do Plano Popular, organizem-se novamente em grupos específicos para conseguir concretizar os objetivos propostos. Fortalecimento do princípio da autogestão e da formação de lideranças comunitárias.

SUGESTÃO DE TRABALHO PARA A ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

A assistência técnica deverá sugerir, com base no arcabouço legal e nas definições técnicas que se aplicam no território, os caminhos mais adequados para que os objetivos sejam alcançados.



DINÂMICA PARA CRIAÇÃO DOS GRUPOS DE GESTÃO

É necessário entender a participação social nas decisões sobre o território como ação fundamental para legitimar meios de transformação local de maneira democrática. Ninguém melhor do que os próprios moradores de determinado território saberão os principais problemas da região, assim como suas potencialidades. Nesse sentido, de maneira semelhante à construção do grupo de trabalho para a construção do Plano Popular, trataremos nessa dinâmica sobre a formação de um grupo para gerir o plano e garantir sua plena execução por meio do cumprimento de seus objetivos.

Uma vez reunidos novamente, os participantes deverão se dividir em novos grupos de trabalho, os quais deverão estar responsáveis pela estrutura de parcerias públicas e privadas. Recomenda-se a seguinte divisão:

Grupo de trabalho (GT) para atuação junto ao poder público

Grupo de trabalho (GT) para atuação junto ao poder privado

Grupo de trabalho (GT) junto ao terceiro setor

Grupo de trabalho (GT) de parcerias comunitárias, associações de bairro e movimentos populares

Os quatro grupos mencionados deverão ter diferentes frentes de atuação em função dos objetivos almejados. Tomamos como princípios que o grupo de atuação junto ao poder público será o de maior importância, uma vez em que o plano popular precisará ser institucionalizado e reconhecido enquanto documento legal de transformação do território.

No entanto, isso não impedirá de que sejam realizadas parcerias privadas. Ao contrário, a execução do plano popular tem como ideia geral de que os lucros sobre as transformações do território, manifestados em projetos de desenvolvimento urbano, serão compartilhados entre a iniciativa privada e o poder público. Numa lógica de ganhos para os dois lados.

O grupo de atuação junto ao poder público deverá entrar em contato com as devidas gerências de secretarias de governo para introduzir o plano e embasar leis, programas e projetos

no território. Frentes parlamentares também poderão utilizar o documento para sugerir projetos de lei de transformação do território trabalhado, indicando caminhos legítimos de transformação urbana.

O grupo de atuação do poder privado deverá estruturar parcerias sólidas com empresas que tem princípios e visão de transformação social como pilar de trabalho. Muitas grandes empresas tem setores específicos para atuar em locais de fragilidade social. Nesse sentido, o plano poderá ser um instrumento de investimento privado no local.

O grupo de atuação do terceiro setor poderá, por sua vez, estreitar laços com ONGs que atuam em diferentes territórios e tem objetivos similares aos objetivos do plano popular.

Finalmente, o grupo de atuação junto à outras comunidades poderá articular uma rede de atuação e cooperação para uma troca de saberes de benefício mútuo.



ATIVIDADE 7: Execução do Plano Popular

OBJETIVO DA ATIVIDADE:

Filtrar os objetivos em grupos que estabeleçam resoluções de curto, médio e longo prazo. Os grupos previamente formados determinarão as parcerias necessárias para que cada objetivo seja cumprido de acordo com a sua especificidade.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

O grupo formado deverá estruturar caminhos e metas palpáveis para que sejam cumpridos os objetivos do Plano Popular.

Dinâmica para determinar a execução do Plano Popular

FERRAMENTAS E AÇÕES ESPERADAS:

Espera-se que o grupo de moradores consolide a autogestão como princípio de atuação no território assim como se legitime uma frente de gestão territorial com fim de cumprir os objetivos propostos no Plano Popular.

SUGESTÃO DE TRABALHO PARA A ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

A assistência técnica deverá orientar sobre as principais dificuldades, obstáculos, gargalos e estratégias para a implementação dos objetivos.



DINÂMICA PARA DETERMINAR A EXECUÇÃO DO PLANO POPULAR

Até essa etapa final do trabalho tratamos de toda a metodologia para a construção de um plano popular. O processo de trabalho, os métodos de planejamento e gestão e a construção de objetivos foram concebidos com o objetivo de criar bases políticas e financeiras para a viabilização e implementação do plano.

Concluídas todas essas etapas, os esforços deverão se concentrar nas iniciativas que levem as instituições e a sociedade a se empenharem na efetiva execução dos objetivos propostas e na materialização de transformações urbanas no território. É importante ressaltar que o sucesso da estratégia de implementação do plano está diretamente relacionada com o compromisso dos grupos de trabalho e demais moradores com as prioridades de concretização do plano. Tal questão requer ampla negociação com diferentes parceiros, por meio de debates e aprovações ou reprovações de propostas.

Ressaltamos que intervenções urbanas implementadas sem participação ou protagonismo popular não necessariamente levará em questão as principais demandas das camadas mais fragilizadas.

Para que a execução do plano seja realizada plenamente, trataremos nessa dinâmica sobre a importância da formação de um grupo permanente de que esteja comprometido na gestão do território. Esse grupo poderá estruturar uma organização autogestionária do território por meio de uma frente de liderança representativa, com período específico de gestão, onde as decisões são tomadas de maneira horizontal e coletiva, as informações compartilhadas e a união do grupo fortalecida por meio de debates sobre o território.

Reuniões em Assembleia, com amplo direito à voz de todos os presentes e com votação sobre as ações poderão ser usadas de maneira à evitar decisões unilaterais. Essa organização deverá abranger e participar de espaços de debates na cidade, fóruns, conselhos, de maneira a consolidar suas reivindicações.

Dessa maneira, poderá ser efetivada a plena participação democrática dos moradores sobre o território e a composição do poder público deverá contar com uma composição ampla decisória.

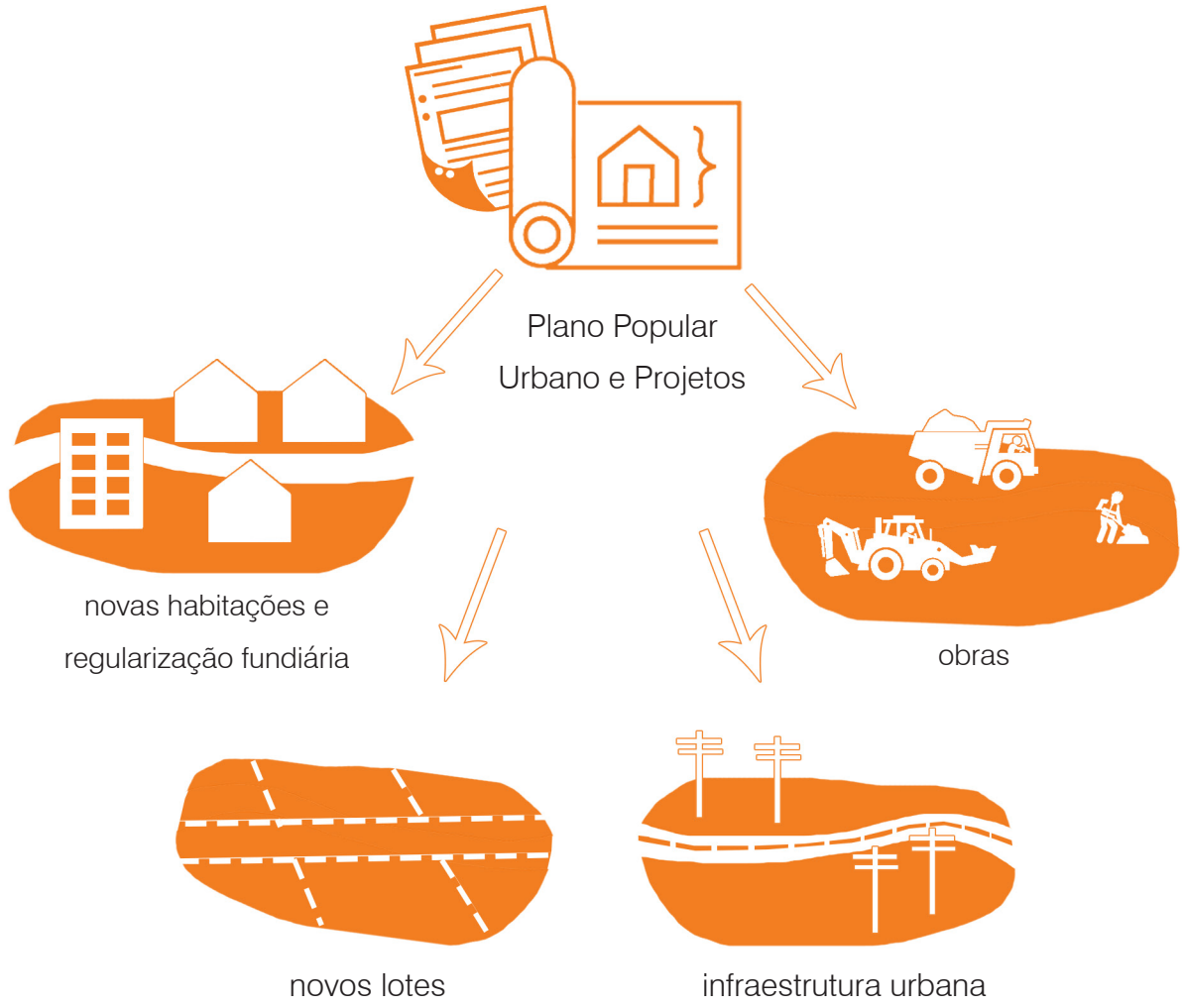




Foto: Ocupação Cais Estelita - Recife

Fonte: <https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2019/03/26/cais-jose-estelita-confira-linha-do-tempo-das-polemicas-envolvendo-o-projeto-novo-recife.ghtml>

PENSAR E CRIAR COLETIVAMENTE NOSSOS TERRITÓRIOS

As cidades são feitas de construções e espaços públicos e de pessoas que nelas vivem e trabalham. Para que elas tornem-se lugares melhores de se viver, as pessoas que nela habitam precisam se organizar para sugerir melhorias que suprirão suas necessidades imediatas sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ao concluir as etapas aqui propostas – atividades e dinâmicas – espera-se contribuir para a construção de espaços urbanos transformadores.

Isso é possível em um espaço democrático e participativo à partir da utilização de ferramentas e dinâmicas adequadas para transformações territoriais. Este documento busca construir um caminho para orientar discussões sobre territórios. Ele foi construído como uma metodologia acessível que possibilita os moradores pensarem e criarem o seu território por meio de debates e consensos.

Construir em coletivo não é uma tarefa fácil. Contudo, é necessária tal articulação se quisermos transformar modos de conceber e gerir nossos territórios. Essas ações são possíveis por meio do fortalecimento de organizações comunitárias e um constante processo de evolução em práticas participativas. Diferente de ‘impor’, sugerimos aqui uma forma de pensar coletivamente em função de um bem comum, centrado na melhoria da qualidade de vida de um determinado grupo social.

Ruas, quadras, bairros e cidades podem ser pensados como locais de excelente qualidade de vida: inclusivos, democráticos e dinâmicos. Um processo coletivo e participativo de transformação urbana não é um mecanismo automático e imediato de garantias de bem-estar. No entanto, é um processo contínuo, de acordos comunitários, que buscam benefícios mútuos, por meio de aprendizados coletivos, trocas de saberes e a formação de sujeitos ativos que agem em função de práticas transformadoras nas suas comunidades urbanas ao longo do tempo. Dessa maneira, possibilitando futuramente determinada institucionalização dessas práticas coletivas.

Este material poderá ser revisto e adaptado de acordo com a realidade local, trazendo questões e soluções plurais. Poderá também ser avaliada sua influência enquanto prática nas comunidades organizadas. Tal abordagem se faz necessária uma vez em que não existe uma resposta única, previsível e simples para uma realidade complexa e variável. Por isso, nesse sentido, criar novas ideias para novos territórios faz-se cada vez mais necessário.

Espera-se que esse material seja o primeiro passo nesse caminho.



ComCat
COMUNIDADES CATALISADORAS



CRÉDITOS

Textos e Arte Gráfica

Paula Menezes Salles de Miranda

Gustavo Macêdo Poey

Revisão de texto

Tarcyla Fidalgo Ribeiro

Theresa Williamson

MATERIAIS DE REFERÊNCIA

Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?

https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Housing/Guide_forced_eviction_portuguese.pdf

Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial

<https://unhabitat.org/diretrizes-internacionais-para-planejamento-urbano-e-territorial>

Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos

<https://polis.org.br/publicacoes/estatuto-da-cidade-guia-para-implementacao-pelos-municipios-e-cidadaos/>

Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores

<https://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/368/titulo/guia-para-elaboracao-e-revisao-de-planos-diretores>

Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos

<https://polis.org.br/publicacoes/plano-diretor-participativo-guia-para-elaboracao-pelos-municipios-e-cidadaos>

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

<https://odsbrasil.gov.br/>

Declaração Universal dos Direitos Humanos

<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

